

LEI Nº 813/99

*Cria os cargos que
menciona e dá outras
providências*

Mauro Jonck, Prefeito Municipal de Angelina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado um cargo de Enfermeiro, com nível Superior em Enfermagem e registro no Conselho Regional de Enfermagem, Jornada Semanal de 40 (quarenta) horas, com vencimento mensal de R\$ 609,46 (seiscentos e nove reais e quarenta e seis centavos) Com atribuição de exercer atividades de enfermagem relacionadas à promoção, prevenção e recuperação da saúde do indivíduo, família e comunidade, através do diagnóstico, planejamento, administração de serviços de saúde, prestação de assistência em enfermagem, assessoria e outros serviços inerentes a enfermagem.

Art. 2º - Fica alterada a denominação do cargo de Atendente de Saúde Pública para Auxiliar de Enfermagem.

Art. 3º - Ficam criados 08 (oito) cargos de Agente Comunitário de Saúde, com vencimento mensal de R\$ 140,00 (cento e quarenta reais), com jornada mensal de 40 (quarenta) horas, instrução de primeiro grau e atribuições de visitar domicílios familiares e comunidades, auxiliando nas atividades de enfermagem junto à família e ao indivíduo, transmitindo-lhes orientação sanitária e ambiental e apresentando relatórios de suas atividades, de acordo com as normas de saúde pública e administrativas.

Art. 4º - Até a realização de concurso para atender especificamente ao Programa de Saúde da Família – PSF, fica autorizada a contratação de profissionais para preencher os cargos criados por esta Lei, nos termos do Art. 37, IX, da Constituição Federal, pelo prazo de doze meses, renovável uma vez, por igual período, sob regime do estatuto dos servidores municipais e regime geral da previdência social, mediante seleção sucinta.

Art. 5º - Sendo aproveitados servidores municipais efetivos na execução do Programa de Saúde da Família, fica autorizada a concessão de gratificação de até 100% (cem por cento) do seu vencimento básico para atingir o valor da remuneração com que o Município se comprometeu no referido programa.

Art. 6º - A despesa desta Lei correrá por conta das dotações do orçamento vigente.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Angelina, 12 novembro de 1999.

MAURO JONCK
PREFEITO MUNICIPAL